

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e as demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos nessas datas.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de Reais)			
	2011	2010	
ATIVO			
CIRCULANTE	4.094.721	2.513.157	
Disponibilidades	244	198	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	1.728.545	831.128	
Aplicações no mercado aberto	1.701.690	824.999	
Aplicações em moeda estrangeira	3.694	6.129	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.161	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.398.888	1.095.596	
Carteira própria (Nota 5)	475.535	244.135	
Vinculados à prestação de garantias (Nota 5)	630.392	231.097	
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 5)	3.813	146.007	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	289.148	474.357	
Relações interfinanceiras	2.080	555	
Créditos vinculados			
Depósitos no Banco Central	2.045	521	
Correspondentes	35	34	
Operações de Crédito	8.015	-	
Operações de Crédito Setor Privado (Nota 6)	8.015	-	
Outros créditos	956.612	585.226	
Carteira de câmbio (Nota 7)	783.875	445.046	
Rendas a receber (Nota 19)	82.084	34.178	
Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	10.906	4.092	
Diversos (Nota 8)	79.747	101.910	
Outros valores e bens	337	454	
Despesas antecipadas	337	454	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	751.671	289.725	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	3.511	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.511	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	659.854	264.969	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	659.854	264.969	
Outros créditos	88.306	24.756	
Diversos (Nota 8)	88.306	24.756	
PERMANENTE	215.116	200.188	
Investimentos (Nota 10)	170.235	179.981	
Participações em coligadas e controladas - pais	170.224	179.970	
Outros investimentos	11	11	
Imobilizado de uso (Nota 11)	42.399	12.054	
Outras imobilizações de uso	67.357	27.049	
(Depreciação acumulada)	(24.958)	(14.995)	
Intangível (Nota 12)	2.482	8.153	
Gastos de organização e expansão	5.224	17.477	
(Amortização acumulada)	(2.742)	(9.324)	
TOTAL	5.061.508	3.003.070	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de Reais)			
	2º semestre	2011	Exercício
	2011	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	255.192	363.400	193.714
Operações de crédito	827	896	-
Resultado com títulos e valores mobiliários	185.046	284.215	163.475
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	37.505	22.277	30.239
Resultado de operações de câmbio	31.814	56.012	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(148.686)	(189.399)	(69.548)
Operações de captação no mercado	(66.261)	(86.056)	(39.441)
Operações de empréstimos e repasses	(82.425)	(103.343)	(6.894)
Resultado de operações de câmbio	-	-	(23.213)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	106.506	174.001	124.166
Receitas de prestação de serviços (Nota 20.3)	204.565	385.638	309.044
Despesas de pessoal (Nota 20.4)	(148.898)	(247.746)	(172.052)
Outras despesas administrativas	(47.494)	(85.080)	(63.007)
Despesas tributárias	(16.461)	(33.046)	(25.417)
Resultado de participação em controlada (Nota 10)	15.848	35.848	47.994
Outras receitas operacionais	108	406	3.321
Outras despesas operacionais	(250)	(1.008)	(4.932)
RESULTADO OPERACIONAL	113.924	229.013	219.117
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(58)	(109)	(1.855)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	113.866	228.904	217.262
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8)	(9.670)	(47.661)	(42.542)
Provisão para Imposto de Renda	(17.133)	(33.815)	(19.238)
Provisão para Contribuição Social	(10.819)	(20.834)	(11.795)
Ativo Fiscal Diferido	18.282	6.988	(11.509)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	104.196	181.243	174.720
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	0,17	0,30	0,29
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 13)	71.829	71.829	61.903
QUANTIDADE DE AÇÕES - 598.330.140			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de Reais)						
	Capital	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
	2011	2011	2011	2011	2011	2011
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	552.195	-	3.540	47.818	95.978	1.031.716
Aumento de capital (Nota 13)	-	480.782	-	-	(95.978)	52.619
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	174.720	174.720
Destinação:						
Reserva legal (Nota 13)	-	-	-	8.736	-	(8.736)
Reserva especial de lucros (Nota 13)	-	-	-	-	104.081	(104.081)
Juros sobre capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	(61.903)	(61.903)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	552.195	480.782	3.540	56.554	104.081	1.197.152
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	552.195	480.782	3.540	56.554	104.081	1.197.152
Aumento de capital (Nota 13)	584.864	(419.728)	-	-	-	61.055
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	181.243	181.243
Destinação:						
Dividendos (Nota 13)	-	-	-	-	(25.089)	(25.089)
Reserva legal (Nota 13)	-	-	-	9.061	-	(9.061)
Reservas especiais de lucros (Nota 13)	-	-	-	-	75.264	(75.264)
Juros sobre capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	(71.829)	(71.829)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.137.059	61.054	3.540	65.615	75.264	1.342.532
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	1.032.977	104.081	3.540	60.406	-	73.195
Aumento de capital (Nota 13)	104.082	(43.027)	-	-	-	61.055
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	104.196	104.196
Destinação:						
Dividendos (Nota 13)	-	-	-	-	(25.089)	(25.089)
Reserva legal (Nota 13)	-	-	-	5.209	-	(5.209)
Reservas especiais de lucros (Nota 13)	-	-	-	-	75.264	(75.264)
Juros sobre capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	(71.829)	(71.829)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.137.059	61.054	3.540	65.615	75.264	1.342.532

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de Reais)			
	2º semestre	2011	Exercício
	2011	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES (UTILIZADOS) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(625.335)	(1.384.566)	516.815
Lucro líquido ajustado	103.821	121.193	151.182
Lucro líquido do semestre/exercício	104.196	181.243	174.720
Ajustes ao lucro líquido:			
Despesa de depreciação e amortização	3.335	5.762	5.246
Resultado de equivalência patrimonial	(15.848)	(35.848)	(47.994)
Provisão de contingências	17.897	17.913	13.117
(Constituição)/Reversão de crédito tributário	30.118	(18.283)	11.509
Reversão de obrigações fiscais	(35.877)	(29.594)	(5.416)
Variação de ativos e passivos	(729.156)	(1.505.759)	365.633
(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(571.225)	(1.225.225)	-
(Aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(125.786)	(698.177)	(104.488)
(Aumento)/Redução de operações de crédito	6.555	(8.015)	-
(Aumento)/Redução de outros créditos	535.062	(416.654)	(482.745)
(Aumento)/Redução de outros valores e bens	(223)	118	9
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	688.349	766.215	-
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros e derivativos	(296.052)	34.377	528.379
Impostos de renda e contribuição social pagos	(46.780)	(73.427)	(42.278)
Aumento/(Redução) de outras obrigações	(919.056)	115.029	466.756
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	27.255	15.206	37.629
Dividendos recebidos de controladas	45.594	45.594	43.037
Inversões em imobilizado de uso e intangível	(18.134)	(35.134)	(3.187)
Alienação de imobilizado de uso e intangível	65	5.555	779
Aplicações no diferido e intangíveis	-	(809)	(3.000)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES (UTILIZADOS) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	460.534	1.046.634	(35.190)
(Redução)/Aumento de dívida subordinada	(28)	(22)	179
(Redução) de depósitos	(89.025)	(14.002)	(131.092)
Aumento em captações no mercado aberto	549.587	1.060.658	95.723
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(137.276)	(322.726)	519.254
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 20.7)	646.431	831.881	312.627
No início do semestre/exercício	509.155	509.155	831.881
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(137.276)	(322.726)	519.254

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (anteriormente denominado Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.), subsidiária da Merrill Lynch International Holdings Inc., está constituído, sob a forma de banco múltiplo, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento, câmbio e crédito.

Em 09 de fevereiro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou a transformação da sociedade em banco múltiplo, com as carteiras comercial e de investimento e a alteração da razão social para Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferente das estimativas e premissas adotadas. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Desta forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN quais sejam:

- (a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (c) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11, com efeitos a partir de 2012;
- (e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é moeda funcional do Banco.
3.2. O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial.
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.5. As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pro rata" dia.

3.6. As operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.7. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As operações de crédito são pós-fixadas e registradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos auferidos, calculados *pro rata temporis*.

3.8. A participação em controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos em ações são avaliados pelo custo.

3.9. Os bens do imobilizado de uso estão contabilizados ao custo de aquisição. A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e em 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso.

3.10. Os gastos diferidos de organização e expansão são compostos substancialmente por despesas de reorganização e implantação de sistemas. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de até 10 anos.

3.11. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda de 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 15%.

De acordo com a Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 (artigos 36 e 37), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real, das bases de cálculo da contribuição social sobre o lucro, da contribuição ao programa de integração social e da contribuição para financiamento da seguridade social para a pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3.12. O Banco adotou o procedimento de reconhecer o crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações, foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social demonstrado na linha de ativo fiscal diferido na demonstração de resultado. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela Administração considerando a expectativa futura de sua realização.

3.13. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração. Todos os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Títulos para Negociação" no ativo circulante, considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.14. De acordo com a Circular nº 3.082/02, do Bacen, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge). As operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), foram contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As posições destes instrumentos tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (em milhares de Reais)

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	228.904	228.904	217.262	217.262
Resultado de participação em controlada	(35.848)	(35.848)	(47.994)	(47.994)
Outros ajustes temporários (*)	53.891	54.030	(15.234)	(15.234)
Ajuste permanente da JCP	(71.829)	(71.829)	(61.903)	(61.903)
Outros ajustes permanentes	810	110	241	39
Valor base para tributação	175.929	175.367	92.372	92.170
Alíquotas 15% e 10%	15% e 10%	15% e 10%	15% e 10%	15%
Total do IRPJ e CSLL corrente	43.958	26.305	23.069	13.826
Incentivos Fiscais (FUMCAD e PAT)	(1.024)	-	(446)	-
Passivo fiscal diferido (**)	(9.119)	(5.471)	(3.385)	(2.031)
Ativo fiscal diferido	(4.354)	(6.234)	7.193	4.316
Total do imposto de renda e contribuição social	29.461	18.200	26.431	16.111

(*) Referem-se a ajustes temporários indutíveis ao lucro líquido, tais como, ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado e provisões de passivos contingentes.
 (**) Refere-se basicamente ao passivo diferido sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado.

(b) Natureza, origem e utilização dos créditos tributários

	2011		2010	
	IR	CS	IR	CS
Diferenças temporárias				
Ano-base 2009	-	-	34.961	17.791
Ano-base 2010	27.767	13.476	41.243	(7.194)
Ano-base 2011	4.355	2.633	6.998	-
Total	32.122	16.109	48.231	10.607

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social de adições temporárias foram constituídos com base nas alíquotas vigentes para estes tributos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

(c) Expectativa de realização
 Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2012	47.752	43.019
2013	442	359
2014	37	28
Total	48.231	43.406

(d) Movimentação dos créditos tributários no exercício

	2011	2010
Saldo inicial	41.243	52.752
Constituição/(Reversão) do exercício	6.988	(11.509)
Saldo final	48.231	41.243

(e) Movimentação das obrigações fiscais diferidas no exercício

	2011	2010
Saldo inicial	18.092	23.508
Reversão do exercício	(14.589)	(5.416)
Saldo final	3.503	18.092

9. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos dessas contas no Banco, classificadas em outros créditos no ativo e outras obrigações, no passivo, são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros por conta de clientes, dentro do prazo regulamentar.

	2011	2010
Ativo		
Intermediação de negociações de valores mobiliários	920	3.028
Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros - BM&F (Nota 19)	9.685	1.064
Outros créditos negociados em intermediação de valores	301	-
Total	10.906	4.092
Passivo		
Credores por empréstimos de ações	6.818	4.350
Total	6.818	4.350

10. INVESTIMENTOS

	2011	2010
Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (1)	170.224	179.970
Ações e Cotas - ANBIMA	10	10
CETIP Educacional	1	1
Total	170.235	179.991

(1) Informações sobre a controlada:

	Resultado de equivalência	
	Capital	Patrimônio líquido
Em 2011	100.000	161.718
Em 2010	100.000	134.382

A diferença entre o valor do investimento e o patrimônio líquido, refere-se aos dividendos a pagar destacados na controlada no montante de R\$ 8.514 (R\$ 45.596 em 2010).

11. IMOBILIZADO DE USO

	2011	2010
Móveis e equipamentos de uso	7.286	4.045
Instalações	28.256	3.527
Veículos	551	551
Sistemas de comunicação	4.954	4.861
Sistemas de processamento de dados	26.310	14.065
Subtotal	67.357	27.049
Depreciação acumulada	(24.958)	(14.995)
Total	42.399	12.054

12. INTANGÍVEL

	2011	2010
Gastos de organização e expansão	5.224	17.477
Amortização acumulada	(2.742)	(9.324)
Total	2.482	8.153

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 598.330.140 ações ordinárias nominativas, que asseguram dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, podendo, a Assembleia Geral, deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2010 foi aprovado o aumento de capital da sociedade no valor de R\$ 95.978 mediante a capitalização do saldo total da reserva especial de lucros e homologado pelo Banco Central do Brasil em 13 de junho de 2010.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de dezembro de 2010 foi aprovado o aumento de capital da sociedade no valor de R\$ 394.804 mediante a capitalização de lucros acumulados e créditos resultantes do pagamento dos juros sobre o capital próprio, homologado pelo Banco Central do Brasil em 13 de junho de 2011.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco efetuou a provisão de remuneração do capital próprio aos acionistas, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2010, calculada sobre as contas do patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 61.903. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 24.761.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o aumento de capital da sociedade no valor de R\$ 104.082 proveniente de reserva de lucros e homologado pelo Banco Central do Brasil em 15 de setembro de 2011.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banco efetuou a provisão de remuneração do capital próprio aos acionistas, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2011, calculada sobre as contas do patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 71.829. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 28.732.

Na mesma assembleia de 31 de dezembro de 2011 foi aprovado o aumento de capital da sociedade no valor de R\$ 61.054 mediante a capitalização de lucros acumulados e créditos resultantes do pagamento dos juros sobre o capital próprio. Este ato societário está em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

O acionista controlador e a Diretoria deliberaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 25.089, representando R\$ 0,04 por ação, à Assembleia Geral Ordinária.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos seus clientes, produtos que possibilitem a proteção de seus ativos contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros, além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações.

Contratos a termo de juros e câmbio são contratos para efetuar troca de pagamentos e moedas em uma data futura especificada, com base na flutuação no mercado de taxa de juros e cotação da moeda, entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato.

Contratos de "swaps" de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opções dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive fluxo de juros, moedas estrangeiras, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no caso de não cumprimento a sua parte na operação. Os contratos de "swaps" proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swaps" é de R\$ 679.031 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 297.665 em 2010).

O risco de crédito associado aos contratos de opção se limitam à extensão dos prêmios marcados a mercado em opções adquiridas. A exposição ao risco de crédito, associada à aquisição de opções totalizou o montante de R\$ 9.508 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 272 em 2010).

O risco de crédito associado aos contratos a termo de juros, câmbio e títulos públicos proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em contratos a termo de juros e câmbio é de R\$ 260.463 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 441.389 em 2010).

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizado devido à liquidação diária em dinheiro.

O valor total das garantias vinculadas aos contratos de instrumentos financeiros derivativos era de R\$ 439.369 (R\$ 132.536 em 2010), composto, basicamente, por títulos públicos.

O Banco não possui derivativos classificados como *hedge accounting* em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A seguir demonstramos os valores ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 que envolvem os instrumentos financeiros derivativos de negociação avaliados a valor de mercado:

(a) Composição por indexador

	Em 31 de dezembro de 2011			Em 31 de dezembro de 2010		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
Operações de "swap"						
CDI x Dólar	8.794	(279.775)	2.453.203	88.149	(47)	1.258.139
Dólar x CDI	304.983	(8.794)	2.794.813	-	(73.113)	812.471
Libor x Dólar	654	(141.003)	2.710.260	-	(55.847)	1.485.704
Dólar x Libor	169.312	(619)	2.524.076	85.328	-	1.288.817
CDI x IPCA	-	(3.369)	30.000	-	(1.046)	30.000
CDI x Libor	21.048	(104.846)	1.684.245	58.099	-	587.691
IGPM x Dólar	32.172	-	35.635	60.310	-	71.270
Dólar x IGPM	-	(24.114)	27.142	-	(46.701)	55.851
CDI x Pré	-	(15.133)	211.113	119	-	50.000
Pré x CDI	16.054	-	248.940	-	-	-
Libor x CDI	63.070	(20.870)	1.155.595	-	(58.103)	587.691
Pré x Dólar	-	(20.373)	173.967	5.660	-	61.565
Dólar x Pré	20.624	-	173.968	-	-	-
Pré x Euro	21.664	-	344.373	-	-	-
Euro x Dólar	-	(21.246)	344.373	-	-	-
Dólar x Peso Argentino	-	(7.410)	86.599	-	-	-
Peso Argentino x Dólar	7.410	-	86.599	-	-	-
Libor x Pré	13.246	-	626.701	-	-	-
Operações com opções						
Posição comprada						
Dólar	9.508	-	80.203	272	-	23.192
Posição vendida						
Dólar	-	(9.508)	80.203	-	(272)	23.192
Operações a termo						
Títulos Públicos	46.170	(46.152)	46.170	349.572	(349.544)	349.586
Moeda	214.293	(96.421)	7.368.398	91.817	(180.585)	4.220.908
Total	949.002	(799.635)	23.286.576	739.326	(765.258)	10.904.077

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2010	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Ativo				
Operações de "swap"	501.109	679.031	194.823	297.665
Prêmio de opções	7.707	9.508	1.033	272
Operações a termo	277.726	260.463	373.601	441.389
Total	786.542	949.002	569.457	739.326
Passivo				
Operações de "swap"	(488.502)	(647.554)	(154.376)	(234.857)
Prêmio de opções	(7.707)	(9.508)	(1.033)	(272)
Operações a termo	(143.215)	(142.573)	(464.399)	(530.129)
Total	(639.424)	(799.635)	(619.808)	(765.258)

(c) Composição do valor de mercado por vencimentos

	Em 31 de dezembro de 2011					
	Até 90 dias	De 90 a 120 dias	De 120 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:						
Operações de "swap"	7.410	-	32.172	141	639.308	679.031
Operações com opções	-	-	-	9.508	-	9.508
Operações a termo	133.278	12.328	11.440	82.871	20.546	260.463
Total	140.688	12.328	43.612	92.520	659.854	949.002
Posição passiva:						
Operações de "swap"	(7.410)	-	(24.113)	(519)	(615.512)	(647.554)
Operações com opções	(93.218)	(8.240)	(4.175)	(17.308)	(19.632)	(142.573)
Operações a termo	(100.628)	(8.240)	(28.288)	(27.335)	(635.144)	(799.635)
Total	(201.256)	(20.488)	(32.576)	(18,862)	(1,862)	(234,857)
Valor referencial:						
Operações de "swap"	173.199	-	62.777	231.015	15.244.610	15.711.601
Operações com opções	-	-	-	160.406	-	160.406
Operações a termo	3.838.701	277.698	270.133	1.449.624	1.578.413	7.414.569
Total	4.011.900	277.698	332.910	1.841.045	16,823.023	23,286.576

	Em 31 de dezembro de 2010					
	Até 90 dias	De 90 a 120 dias	De 120 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:						
Operações de "swap"	32.086	943	5.660	119	258.857	297.665
Operações com opções	-	-	-	272	-	272
Operações a termo	370.619	1.117	22.282	41.259	6.112	441.389
Total	402.705	2.060	27.942	41.650		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (em milhares de Reais)

20.7. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixas e equivalentes de caixa é composto pelo seguinte:

	2011	2010
Caixa	39	19
Relações interfinanceiras - Correspondentes	35	34
Reserva no Banco Central	2.045	521
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.033	-
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada	499.104	824.999
Aplicações em moeda estrangeira	3.694	6.129
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	205	179
Total	509.155	831.881

20.8. O Banco está enquadrado no limite mínimo de 11% estabelecido pela BACEN, e a situação do consolidado em 31 de dezembro de 2011 é de 35,70% (44,43% em 2010), em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.490, de 29/08/2007 e legislação complementar, a qual determina que as instituições financeiras mantenham o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0 a 100%.

20.9. Gestão de Risco - É um processo contínuo, permanentemente revisado, servindo de base nas decisões do Conglomerado, abrangendo:

Risco de Crédito: o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui e segue Políticas de Risco de Crédito globais do Bank of America Merrill Lynch e também Política de Risco de Crédito local, que definem a abordagem de alto nível para gestão de riscos e controles de risco de crédito a ser utilizados, visando limitar e monitorar exposição a contrapartes e grupos econômicos, atendendo dispositivos regulatórios, em especial à Resolução nº 3.721/09 do Banco Central do Brasil. O departamento de crédito do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, trabalhando com as funções de Gestão de Risco Global, avalia a qualidade de crédito dos clientes individuais existentes e potenciais, as contrapartes institucionais e emittentes, e determina níveis de risco de crédito. Este departamento revisa e monitora operações específicas, a carteira de crédito de forma geral e outras concentrações de risco, tanto dentro como entre os negócios. Ele também é responsável pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos e trabalha ativamente com todas as unidades de negócio do Grupo para gerenciar e mitigar o risco de crédito. O departamento de crédito utiliza uma variedade de metodologias para estipular limites de exposição e perda potencial resultante de um indivíduo, contraparte ou emittente não cumprir suas obrigações contratuais. O departamento de crédito realiza revisões periódicas da carteira, monitora a capacidade financeira da contraparte e avalia os riscos potenciais de transação visando a identificação prévia de problemas e a necessidade de mitigação de risco em exposições que se tornaram inaceitáveis. O departamento de crédito revisa tendências industriais, regionais e econômicas globais e incorpora os efeitos de concentração da carteira ao determinar níveis de tolerância. O departamento também reporta regularmente sobre esta atividade e fornece as revisões detalhadas da carteira de crédito para o Comitê de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito local atribui ao Comitê de Risco de Crédito a função de aprovar e fiscalizar as políticas, os processos, os sistemas, os controles e os limites locais de modo a propiciar adequada estrutura para uma gestão satisfatória do risco de crédito. Decisões com impactos relevantes sobre o gerenciamento do risco de crédito devem ser discutidas pelo Comitê de Risco de Crédito. O Comitê de Risco de Crédito é presidido pelo Diretor de Risco Crédito com membros oriundos da alta Administração do Grupo, negócios, controle e unidades de suporte;

Risco Operacional: o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui uma estrutura local consolidada, para o gerenciamento do risco operacional de suas atividades de negócio no país, visando aumentar sua eficiência operacional e atender dispositivos regulatórios, em especial a Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil. A área de Gestão de Risco Operacional é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas linhas de negócio. A Administração do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch participa ativamente no processo de gestão de riscos operacionais, por meio do Comitê de Riscos Operacionais, monitorando regularmente o perfil de risco e assegurando a implementação tempestiva de ações para reduzir exposições a perdas operacionais materiais. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura de gestão de riscos operacionais do

Conglomerado Bank of America Merrill Lynch encontra-se disponível no endereço eletrônico do Banco (Nota 20.10);

Risco de Mercado: a estrutura local do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui controles capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado para todas as operações realizadas pela instituição conforme disposto na Circular nº 3.365/07 e na Resolução nº 3.464/07. O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch dispõe de relatórios e políticas locais que atendem aos aspectos requeridos pelo Banco Central do Brasil e que garantem a correta captura e mensuração dos riscos de mercado. A instituição possui um Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos que se reúne mensalmente com os objetivos de deliberar sobre o cumprimento das políticas de Risco de Mercado, definir e monitorar os limites de risco de mercado e de alocação de capital tanto para operações classificadas na carteira de negociação quanto para operações classificadas na carteira de não-negociação. O Comitê tem também a função de monitorar a evolução das transações financeiras descritas no balanço do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch e de medir a eficiência das unidades de negócios de acordo com sua estratégia e alocação de capital, dando suporte ao crescimento do negócio através do gerenciamento das atividades e suas estratégias, cumprindo todos os aspectos regulatórios. Todas as políticas e relatórios encontram-se à disposição na sede da Instituição em pasta de acesso público em sua rede interna;

Risco de Liquidez: o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch define esse risco como a capacidade financeira de uma instituição em honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos para cumprir obrigações de passivos exigíveis. Um gerenciamento contínuo e eficiente do Risco de Liquidez propicia à instituição a habilidade de cumprir com suas obrigações de fluxo de caixa, que apresentam um fator de incerteza uma vez que são afetadas por eventos externos muitas vezes não esperados ou razoavelmente estimados. Para um adequado gerenciamento do Risco de Liquidez, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch garante a existência de uma robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição, análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos, elaboração de cenários de estresse contemplando uma gama razoável de combinação de fatores de risco e variáveis de mercado, avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos, planos de contingência e instrumentos de captação entre outros.

20.10. As informações quantitativas e qualitativas relacionadas à gestão de risco de que trata a Circular nº 3.477/09, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

20.11. Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263 o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. Os montantes sujeitos a compensação são resumidos a seguir:

i. Composição do valor a receber/pagar por indexador

Operações de Swap	Valor a Receber	Valor a Pagar
CDI x Libor	21.048	(40.325)
CDI x Pré	-	(14.728)
CDI x USD	8.794	(32.247)
EUR x USD	-	(21.246)
Libor x CDI	63.070	(20.870)
Libor x Pré	13.246	-
Libor x USD	654	(141.003)
Pré x CDI	15.372	-
Pré x USD	-	(20.373)
USD x CDI	292.877	(8.794)
USD x IGPM	-	(24.113)
USD x Libor	5.006	(619)
USD x ARG	-	(7.410)
Termo de Moeda		
Moedas	214.293	(96.421)
Total	634.360	(428.149)

ii. Composição do valor a receber/pagar por vencimentos

	Até 90 dias	De 90 a 120 dias	De 120 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Operações de Swap a receber	-	-	-	654	419.413	420.067
Operações de Swap a pagar	(31.523)	-	-	(733)	(299.472)	(331.728)
Operações de Termo a receber	87.108	12.328	11.440	82.844	20.573	214.293
Operações de Termo a pagar	(47.066)	(8.240)	(4.175)	(15.938)	(21.002)	(96.421)
	8.519	4.088	7.265	66.827	119.512	206.211

20.12. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banco encerrou as atividades de *Private Banking* no Brasil, acarretando impactos na despesa de pessoal no montante de aproximadamente R\$ 40 milhões.

DIRETORIA

RICARDO KENJI MUKAI
Contador – 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2011;
- Exame dos relatórios sobre controles internos da auditoria independente e dos trabalhos realizados pela auditoria interna no semestre;

- Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição;
- Resultado da avaliação de riscos e controles realizados pelo Banco Central do Brasil - Bacen;
- Atualização da estrutura de gerenciamento de capital - Resolução nº 3.988.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 20 de março de 2012.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 22 de março de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Aos Administradores e Acionistas

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.